



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.834-B, DE 2007 (Do Senado Federal)

PLS Nº 218/2007
OFÍCIO Nº 1166/2007 - SF

Inscreve o nome de Cândido Mariano da Silva Rondon, o Marechal Rondon, no Livro dos Heróis da Pátria; tendo parecer: da Comissão de Educação e Cultura pela aprovação (relator: DEP. BONIFÁCIO DE ANDRADA e relator-substituto: DEP. LOBBE NETO); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda (relator: DEP. JOÃO CAMPOS).

DESPACHO:
ÀS COMISSÕES DE:
EDUCAÇÃO E CULTURA; E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24, II

S U M Á R I O

I – Projeto inicial

II – Na Comissão de Educação e Cultura:

- Parecer dos relatores
- Parecer da Comissão

III - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:

- Parecer do relator
- Emenda oferecida pelo relator
- Parecer da Comissão
- Emenda adotada pela Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Será inscrito o nome de Cândido Mariano da Silva Rondon, o Marechal Rondon, no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília.

Parágrafo único. O disposto neste artigo dar-se-á em 19 de janeiro de 2008, data do cinquentenário da morte do Marechal Rondon.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 21 de agosto de 2007.

Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

I - RELATÓRIO

Na reunião ordinária deliberativa do dia 21/11/07 desta Comissão, em decorrência da ausência do relator, Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA, tive a honra de ser designado relator-substituto da presente proposição e acatei, na íntegra, o parecer do Nobre Parlamentar.

"A proposição objeto deste Parecer, PL 1834/07, com origem no SENADO FEDERAL (PLS 218/07), de autoria do nobre Senador EXPEDITO JÚNIOR, propõe seja inscrito o nome de Cândido Mariano da Silva Rondon – o Marechal Rondon – no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília, DF.

A proposta preenche todos os requisitos exigidos à inscrição de nomes de brasileiros no Livro dos Heróis da Pátria. Registre-se a determinação feita na proposição de que a inscrição ocorra na data do cinquentenário da morte de Rondon – 19 de janeiro de 2008.

No Senado Federal, a matéria recebeu Parecer favorável na Comissão de Educação, unanimemente aprovado, de autoria do ilustre Senador VALDIR RAUPP.

Nesta Casa, o PL em apreço foi distribuído às Comissões de Educação e Cultura – CEC e de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJ, com base no art. 54 do RICD.

A referida proposição tramita sob rito ordinário, sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24,II, RICD).

Na CEC, onde não recebeu emendas no prazo regimental, cabe examinar o Projeto de Lei em apreço sob a ótica do mérito educacional e cultural, com Parecer de minha autoria, por designação da Presidência da Casa.

II - VOTO DO RELATOR

Com excelente Justificação, tanto na forma como no conteúdo, o ilustre Senador EXPEDITO JÚNIOR apresenta-nos a um grande e singular brasileiro, fazendo reviver em quem a lê os verdadeiros sentimentos de amor e de lealdade à Pátria.

De fato, Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958) – o nosso Marechal Rondon – foi um brasileiro exemplar, tanto no cultivo dos mais altos valores morais, cívicos e intelectuais, como nas suas ações de conhecimento e penetração no território nacional. Com sua determinação e bravura, uniu perfeitamente desenvolvimento e proteção indígena e ambiental, - desenvolvimento sustentável, na visão moderna do que pode ser desenvolvimento propriamente dito –, pois levou ao interior do Brasil, sobretudo às Regiões Amazônica e Pantaneira, o progresso da comunicação telegráfica, do atendimento médico, da instrução escolar, ao mesmo tempo que pacificou e protegeu nossas populações nativas. Além disso, foi um grande conhecedor e propulsor de projetos sobre a flora, a fauna e os minerais do Brasil.

Com formação militar impecável, Rondon obteve ainda títulos universitários em Ciências Físicas e Naturais. Chegou a iniciar uma promissora carreira de magistério, mas a deixou para atender a chamados mais altos e singulares, em prol de um Brasil em formação, na transição entre os séculos XIX e XX.

Colaborou com Benjamim Constant na implantação do regime republicano. Mas logo em seguida aquiesceu ao convite para ingressar num dos mais árduos serviços do Exército Brasileiro: a construção de linhas telegráficas pelo interior do País.

E foi por meio desse serviço que Rondon, com ampla visão de nação, espírito desbravador e integridade moral, estendeu país afora o trabalho de pacificação e proteção aos índios, sem se descuidar dos atendimentos médicos-sanitários, educacionais e culturais demandados por esses povos e pelas populações do sertão.

Acompanhado sempre de sua tropa, como também de trabalhadores e engenheiros telegráficos e de um grupo diversificado de cientistas, Rondon introduziu entre nós o trabalho sistemático de reconhecimento do território nacional. Realizou, assim, trabalhos cartográficos e topográficos, corrigindo dados

existentes à época e introduzindo novos, com a descoberta de acidentes geográficos. Rondon foi o responsável pelo mapeamento de localidades e condições de vida de inúmeros povos indígenas, como também dos nossos recursos naturais, que incluía uma intensa atividade de coletas de amostras da flora, da fauna e dos minerais, que se encontram depositadas no Museu Nacional.

A escolha do nome do Marechal Rondon para integrar a partir do próximo ano o Livro dos Heróis da Pátria não apenas é feliz e oportuna, mas, mais do que isso, é uma escolha com grande relevância e alcance educacional e cultural, tanto para o Brasil de hoje como para o de amanhã, pois que a esperança de reconstrução deste País repousa nas crianças e adolescentes do presente. E o nome de Rondon é, por excelência, o exemplo vivo de Herói Nacional – aquele que lança luzes no caminho à nossa frente.

Posto isso, voto pela aprovação - no julgamento de mérito educacional e cultural que compete exclusivamente à CEC -, do Projeto de Lei nº 1834, de 2007, do Senado Federal (PLS 218/07), de autoria do eminente Senador EXPEDITO JÚNIOR."

Sala da Comissão, em 21 de novembro de 2007.

Deputado **BONIFÁCIO DE ANDRADA**
Relator

Deputado **LOBBE NETO**
Relator-Substituto

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Educação e Cultura, em reunião ordinária realizada hoje, concluiu unanimemente pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.834/07, nos termos do parecer do relator, Deputado Bonifácio de Andrada, e do relator-substituto, Deputado Lobbe Neto.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Gastão Vieira, Presidente; Maria do Rosário, Frank Aguiar e Osvaldo Reis, Vice-Presidentes; Alex Canziani, Alice Portugal, Angelo Vanhoni, Antonio Bulhões, Antônio Carlos Biffi, Ariosto Holanda, Átila Lira, Carlos Abicalil, Clodovil Hernandes, Clóvis Fecury, Iran Barbosa, Ivan Valente, João Matos, Joaquim Beltrão, Lelo Coimbra, Lobbe Neto, Nilmar Ruiz, Paulo Renato Souza, Professor Ruy Pauletti, Professor Setimo, Professora Raquel Teixeira, Severiano Alves, Waldir Maranhão, Angela Amin, Dr. Pinotti, Dr. Ubiali, Eliene Lima e Márcio Reinaldo Moreira.

Sala da Comissão, em 21 de novembro de 2007.

Deputado GASTÃO VIEIRA
Presidente

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

I - RELATÓRIO

Chega à Câmara dos Deputados, em revisão, conforme disposto no art. 65 da Constituição Federal, projeto de lei oriundo do Senado Federal, que determina a inscrição do nome de Cândido Mariano da Silva Rondon, o Marechal Rondon, no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília.

Estabelece, ainda, que tal inscrição ocorrerá em 19 de janeiro de 2008, data do cinquentenário de morte do Marechal Rondon.

Em sua justificação, o autor, Senador Expedito Júnior, faz belo relato da vida do homenageado, ressaltando seu papel singular de desbravador e explorador dos sertões brasileiros, responsável pela pacificação de inúmeras tribos indígenas, pela construção de milhares de quilômetros de linhas telegráficas, além do levantamento de milhares de quilômetros lineares de terras e águas.

Acredita que Marechal Rondon representa o exemplo máximo de amor ao Brasil e a sua gente, devendo sua inscrição no Livro dos Heróis da Pátria registrar símbolo de integração e harmonia entre culturas e civilizações na construção da brasilidade.

A matéria é de competência conclusiva das comissões (art. 24, II, RICD) e tramita em regime prioritário (art. 151, II, a, RICD). Foi distribuída, para exame de mérito, à Comissão de Educação e Cultura que a aprovou unanimemente e sem emendas.

Decorrido o prazo regimental nesta Comissão, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de

Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.834, de 2007.

A matéria é de competência legislativa concorrente da União (CF, art. 24, IX), sendo atribuição do Congresso Nacional sobre ela dispor, com a sanção do Presidente da República (CF, art. 48). A iniciativa parlamentar é legítima, sedimentada no que dispõe o art. 61 de nossa Constituição Federal.

Atendidos os requisitos constitucionais formais, resta-nos examinar se o projeto está em conformidade com o ordenamento jurídico-constitucional em vigor no país, o que se constata afirmativamente.

No que concerne à juridicidade da proposição, será necessária a apresentação de emenda supressiva, retirando o parágrafo único, uma vez que a data ali mencionada já passou, o que caracteriza a perda de oportunidade do dispositivo.

Outrossim, nada há a criticar no tocante à técnica legislativa e à redação empregadas na elaboração da proposição, que se encontram de acordo com as exigências da Lei Complementar nº 95/98, que trata das regras de elaboração das leis, alterada pela Lei Complementar nº 107/01.

Isto posto, nosso voto é no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.834, de 2007, com a emenda supressiva em anexo.

Sala da Comissão, em 18 de maio de 2011.

Deputado JOÃO CAMPOS
Relator

EMENDA SUPRESSIVA Nº

Suprima-se o parágrafo único do art. 1º do projeto.

Sala da Comissão, em 18 de maio de 2011.

Deputado JOÃO CAMPOS
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda, do Projeto de Lei nº 1.834/2007, nos termos do Parecer do Relator, Deputado João Campos.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Arthur Lira - Presidente, Aguinaldo Ribeiro, Osmar Serraglio e Veneziano Vital do Rêgo - Vice-Presidentes, Alceu Moreira, Alessandro Molon, Altineu Côrtes, Andre Moura, Antonio Bulhões, Arnaldo Faria de Sá, Arthur Oliveira Maia, Bacelar, Betinho Gomes, Bonifácio de Andrada, Bruno Covas, Carlos Bezerra, Chico Alencar, Covatti Filho, Cristiane Brasil, Danilo Forte, Esperidião Amin, Evandro Gussi, Fausto Pinato, Felipe Maia, Giovani Cherini, Hiran Gonçalves, João Campos, José Carlos Aleluia, José Fogaça, José Guimarães, Juscelino Filho, Lincoln Portela, Luciano Ducci, Luis Tibé, Luiz Couto, Marco Tebaldi, Marcos Rogério, Maria do Rosário, Padre João, Paes Landim, Pastor Eurico, Paulo Freire, Paulo Maluf, Paulo Teixeira, Pr. Marco Feliciano, Rodrigo Pacheco, Rogério Rosso, Ronaldo Fonseca, Rubens Pereira Júnior, Sergio Souza, Tadeu Alencar, Valmir Prascidelli, Capitão Augusto, Delegado Éder Mauro, Glauber Braga, Gorete Pereira, Hildo Rocha, Jerônimo Goergen, José Nunes, Marco Maia, Max Filho, Pedro Cunha Lima, Professor Victório Galli, Ricardo Tripoli, Valtênir Pereira e Wellington Roberto.

Sala da Comissão, em 29 de abril de 2015.

Deputado ARTHUR LIRA
Presidente

EMENDA SUPRESSIVA ADOTADA PELA CCJC

AO PROJETO DE LEI Nº 1.834, DE 2007

Inscreve o nome de Cândido Mariano da Silva Rondon, o Marechal Rondon, no Livro dos Heróis da Pátria.

Suprima-se o parágrafo único do art. 1º do projeto.

Sala da Comissão, em 29 de abril de 2015.

Deputado ARTHUR LIRA
Presidente

FIM DO DOCUMENTO
